

Emanuel garante RGA de 12,5%



Gilberto Leite



Gilberto Leite

Governo quer mudar ICMS do diesel

Em mais uma tentativa de “segurar” o preço do diesel, o Ministério da Economia apresentou ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) uma nova proposta para estabelecer um valor fixo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o óleo diesel. A proposta do governo é que o ICMS do diesel seja cobrado sobre a média dos preços praticados pelo mercado nos últimos 60 meses (cinco anos)

PÁG. 8

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) concedeu, por meio do decreto nº 9.091/2022, o Reajuste Geral Anual (RGA) de 12,47% aos servidores municipais ativos e inativos da Prefeitura de Cuiabá. A revisão será creditada na folha de pagamento do mês de maio. O decreto foi assinado na última sexta-feira (13) e circulou

na Gazeta Municipal de segunda-feira, 16 de maio. O prefeito afirmou a recomposição salarial está assegurada na legislação vigente e sua decisão seguiu as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista o equilíbrio econômico do município

PÁG. 4

Justiça exige filmagem de provas e suspende concurso da Polícia

A Justiça Federal de Mato Grosso determinou a suspensão do concurso público da Polícia Civil até que o Estado ou a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), organizadora do certame, disponibilizem as filmagens ou gravações do Teste de Aptidão Física aos candidatos. Na ação, a Defensoria cita que a banca examinadora

do concurso vem negando aos candidatos aos cargos de escrivão e investigador de polícia as gravações e filmagens do Teste de Aptidão Física. Sem as gravações, eles não conseguem apresentar recurso administrativo contra o teste, pois não têm como comprovar quaisquer irregularidades

PÁG. 3

AL libera empréstimo de US\$ 40 milhões

A Assembleia Legislativa aprovou, na sessão ordinária desta quarta-feira, 18 de maio, o projeto que autoriza o governo a contrair empréstimo de até 40 milhões de dólares – cerca de R\$ 200 milhões, na cotação atual – junto ao Banco Mundial. Antes da

votação, os parlamentares se reuniram com a equipe técnica da Sefaz para tirar dúvidas sobre a operação, como o objetivo da medida, período de carência e taxa de juros

PÁG. 5

Projeto usa R\$ 60 bi para reduzir tarifas

As distribuidoras de energia elétrica possuem quase R\$ 60 bilhões “à mesa”, que podem ser utilizados para amenizar os impactos dos reajustes tarifários aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em Mato Grosso, o aumento médio chega a 22,5%. Os recursos citados por Garcia são oriundos de bitributa-

ção: cobrança do PIS/Cofins sobre o ICMS, pago pelos consumidores nos últimos anos. Autor da proposta, o senador interino Fábio Garcia (UB) calcula que, se aprovada, a medida poderia reajuste tarifário em Mato Grosso dos atuais 22,5% para cerca de 5%

PÁG. 6

Alunos reclamam de falta de ônibus

Acordar cedo, correr para o ponto, embarcar no ônibus lotado e seguir para o trabalho. Bater ponto, trabalhar, correr para pegar mais um ônibus lotado e seguir para a faculdade. Essa corrida contra o relógio é a rotina diária de muitos universitários do período noturno de Cuiabá que dependem do transporte coletivo. Esse é 'o corre' de quem busca realizar os próprios sonhos e que ainda precisa enfrentar mais um desafio diário: a aula deveria encerrar as 23h, mas termina às 22h por causa do horário do ônibus



Gilberto Leite

PÁG. 6



Divulgação/Minfra

Dá licença, que o trem tá chegando

As licenças ambientais para construção da Ferrovia Estadual Senador Vicente Vuolo devem ser concedidas à Rumo Logística nas próximas semanas, permitindo o início da instalação dos trilhos que devem chegar a Cuiabá e até Lucas do Rio Verde. A expectativa é que, após o início das obras, os trilhos cheguem a Cuiabá em 5 anos e em Lucas nos próximos 8 anos. Enquanto isso, as cidades já se preparam para aproveitar o ‘boom’ econômico trazido pelos trilhos

PÁG. 7

Decisão do STF pode encarecer o diesel

O governo do Mato Grosso irá se juntar aos demais Estados para recorrer da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, que suspendeu duas cláusulas de uma resolução do Confaz. Os artigos permitiam a concessão de desconto na alíquota única nacional de ICMS do diesel. Em Mato Grosso, por exemplo, o governo concedeu desconto de 14 centavos, derrubando o ICMS de R\$ 1,00 por litro para R\$ 0,86. No entanto, o ministro considera que o desconto é uma violação da alíquota única nacional, estabelecida pela lei nº 192/2022

PÁG. 4

EDITORIAL

A democracia resiste

À luz da razão, nenhum dos argumentos usados para criticar a segurança do sistema eleitoral brasileiro se sustenta. Ao longo de mais de duas décadas, nunca se registrou qualquer episódio que pudesse alimentar as infundadas suspeitas difundidas nas redes sociais e propaladas pelo presidente Jair Bolsonaro. Aliás, ele próprio se sagrou vitorioso em cinco disputas eleitorais para deputado federal e conquistou seu atual mandato de presidente nas urnas eletrônicas. De quebra, ainda elegeu quase todos seus filhos para mandatos eletivos.

Nem por isso, deixa de atacar o sistema eleitoral, assim como faz sua família. Quando não têm argumentos, atacam as insti-

tuições que estão envolvidas no processo eleitoral, como o mais recente rompante do senador Flávio Bolsonaro, que em entrevista recente, em rede nacional, afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não tem preocupação com a democracia e não pretenderia “respeitar a vontade da população”. Afirmando que há risco de instabilidade no processo eleitoral devido ao ‘manto de desconfiança’ que eles próprios criaram.

Foi preciso que o TSE reafirmasse o óbvio em repetidas vezes, até mesmo para os generais de nossas Forças Armadas – envolvidas nessa confusão por desejo da família Bolsonaro – para desfazer a mentira fantasiosa de que a totalização de votos

acontece em uma sala secreta do tribunal. Ora, qualquer pessoa sabe que o processo eleitoral é acompanhado do começo ao fim por fiscais de cada partido e pode ser auditado de forma muito simples. Inclusive, nas cidades de interior, é comum que o resultado seja conhecido antes da totalização dos votos justamente pela auditoria fornecida pelas próprias urnas eletrônicas.

Por isso, é reconfortante ver que as instituições democráticas brasileiras – Poderes Constituídos, imprensa independente e sociedade civil organizada – se mantêm incólumes aos constantes ataques. Cada uma, a seu jeito, tem trabalhado para restabelecer a verdade e responder às sórdidas tentativas de desestabilização do país. O Congresso tem reafirmado, em palavras e gestos, que está disposto a defender a democracia brasileira.

Assim o fez quando derrubou a malfadada PEC do Voto Impres- so, que daria margem a uma manobra para contestar o resultado das eleições.

A medida em que o dia fatídico se aproxima, tendem a ser cada vez mais frequentes os ataques e questionamentos ao processo eleitoral. Seguem os passos de Donald Trump, que esperneou até o último minuto, mesmo após sua derrota ser sacramentada, e ainda tentou incitar um levante popular que resultou em cinco mortes durante a invasão ao Congresso dos EUA. Ao fim, o magnata ex-presidente acabou embarcando em seu avião rumo ao esquecimento.

Por aqui, o sistema eleitoral tem demonstrado sua eficiência a cada nova eleição. A alternância é observada em todas as instâncias do governo, eis que deu margem tanto para a ascensão do PT pela

Coisas da Política

Lourenbergue Alves (*)

Não é fácil o lidar com as coisas da política-eleitoral, tampouco o é com as da político-partidária. Muito menos deveria sê-lo, uma vez que cada uma de tais coisas vem carregada de interesses particulares, individuais e grupais. Preponderantes e soberanos. Interesses que, nem sempre, se apresentam com tanta clareza aos olhos da maioria da população, a exemplo das águas que brotam do nascedouro, e, logo, põem-se a escorrer espremidas em meio a pedras, até alcançarem maior liberdade de vazão, com o leite mais alargado.

Embora lá na frente possam ficar, e ficam mesmo sujeitos aos dejetos, que lhes retiram toda a claridade do sol. Falta de claridade também no jogo político-eleitoral, cujos atores “vendem”, ou tentam “vender” seus desejos como se os fossem de toda a população. E os fazem, ou tentam fazê-los com bastante maestria. Tanto que conseguem atrair uma porção de gente, tornando-as

suas seguidoras, e por vezes bem mais que discípulas. E, nesta condição, perdem o sentido da reflexão, o poder da racionalidade e a capacidade de criticidade. Tronando-se, por inteiras, torcedoras. Torcem, e lacram os que se atrevem a apontar os erros cometidos pelos seus agentes políticos de estimação.

Estes, no entender daqueles, são perfeitos, e colocados acima de quaisquer suspeitas, além de terem sempre razão, exemplos de vida pública, social e religiosa. Tidos como santificados, sem que tivesse passado por qualquer teste iniciático, afinal, a pia batismal, tornou-os cheios de “virtudes heroicas”, “beatificação” e “canonização”.

Situação que não pode ser questionada, contestada muito menos, até porque quem ousa questionar e contestar sofre com a lacração. Lacração aumentada em ano eleitoral, enquanto as versões são colocadas sobre a mesa, aparecem na campanha, componentes dos discursos. Discursos repetidos. Repetem-nos com demasia ou exaustão, tanto que até balança o eleitor com o voto

definido, seduz o indeciso, pois produz um cenário ilusório, distante do vivido, porém recheado de magia, com tamanho poder de persuasão.

É neste instante, em um processo de metamorfose, que o interesse particular se torna o interesse de todos, da coletividade. Vende-o como se fosse de fato o interesse da coletividade. Compra-o por conta disso. Estabelece, assim, um grande mercado. Mercado da política. Explora-se o emocional. Ainda que haja, e tem quem discorda, sem razão, de que a eleição é tocada pelo emocional, pois sempre há uma escolha – dizem, sem estar a si próprio convencido do predomínio da racionalidade nesse processo de escolha.

Mesmo que venha a bater o pé em sentido contrário. Talvez, levado pelo jogo de nuvens que embaça seus olhos, embalhando a visão, incapaz de ver o óbvio. Aliás, Francisco Duarte Júnior, em seu livro “o que é realidade”, afirma que o óbvio não é visto ou percebido por todos. Verdade ver-

dadeira. Necessário se faz realça-la. Bem mais quando se sabe que no jogo político-eleitoral a verdade fica sempre no porão, escondida ao fundo, presa as correntes da ignorância. Protagonista mesmo é a mentira.

Não é a primeira vez que se diz isso aqui. Tampouco esta coluna criou tal assertiva. Ela já fora dita por vários estudiosos, e um deles Hannah Arendt. O outro, Maquiavel, que fala que o príncipe deve recorrer à força do leão e à astúcia da raposa. Neste caso, não se tem dúvida, prevalece à inverdade. Inverdade contada, cujo enredo e sonoridade atraem, seduz e forma legião de torcedores. O que obriga o eleitor a ficar bastante atento. Não apenas o estudioso do jogo político-eleitoral. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



A quarta revolução

Vivaldo Lopes (*)

A análise dos ciclos econômicos de Mato Grosso, desde a sua colonização até os dias atuais, mostra que a história econômica estadual registra três grandes revoluções.

A primeira é a revolução mineral, que trouxe os bandeirantes paulistas até estas terras à procura de ouro e outros metais preciosos em 1719. O ciclo mineral sustentou a economia regional por todo o primeiro século de sua existência tendo o ouro, diamantes e esmeraldas como produtos principais.

A segunda revolução surge com a descoberta de riquezas vegetais, na medida que os descobridores adentravam as florestas tropicais nas estranhas do interior de Mato Grosso. A exploração de seringais nativos, madeiras nobres e a poaia (ipecacuanha), um pequeno arbusto de grande valor medicinal, intensamente utilizada pelos povos indígenas nativos. Os exploradores passaram a exportar a poaia para o continente europeu que já tinha uma indústria farmacológica bem desenvolvida. A erva mate foi produto muito importante desse ciclo vegetal. Após esse ciclo, e por considerável lapso temporal, a economia estadual desenvolveu a pecuária em pastagens nativas e a produção agrícola familiar, mais utilizada para consumo próprio

do que com intenções mercadológicas. Tivemos um período de industrialização de cana de açúcar, carnes bovinas e erva mate em instalações industriais ao longo do Rio Paraguai. O estado chegou a ser exportador de, erva mate industrializada, açúcar, aguardente e carnes semi-processadas, sob a forma de charques.

A terceira e maior revolução econômica surge no estado a partir da década de 1980. A Embrapa, empresa estatal de pesquisa agropecuária, desenvolveu pesquisas demonstrando que o cerrado poderia produzir grãos (arroz, milho e soja) em escala industrial, desde que se utilizasse variedades específicas de arroz, milho e soja e fosse feita a correção da acidez dos solos e adubados intensamente com fertilizantes à base de fósforo e potássio. Fertilizantes industrializados já amplamente utilizados na agricultura americana e nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Tem início, então, a revolução agropecuária, posteriormente apelidada de “agribusiness”, ou agronegócio, que acelerou a atividade econômica e ocupou a posição de motor propulsor da economia do estado até os dias atuais.

A partir do início dos anos 1990, a produção agropecuária do estado deu grandes

saltos no rendimento físico das lavouras, aumentos expressivos da produção, da produtividade e de lucratividade. Mato Grosso transformou-se em um dos maiores produtores e exportadores de grãos, carnes, fibras e produtos florestais do mundo. No período de 2000 a 2020, o PIB do estado cresceu em ritmo chinês, mais de três pontos percentuais acima do PIB nacional. Ampliou a participação no PIB nacional de 0,64% em 1994 para 2% em 2020. A longa cadeia produtiva do setor agropecuário responde por 56% do PIB estadual. Exportamos mais de 80% do que produzimos, mas quase tudo em estado primário, as chamadas commodities agrícolas, com pouco ou nenhum beneficiamento, portanto, com baixo valor agregado.

A quarta revolução virá, na minha modesta visão, da industrialização da produção agropecuária do estado. O grande desafio de Mato Grosso é se transformar, além de campeão nacional na produção de grãos, carnes, fibras e madeiras, em estado industrial, um campeão nacional e mundial no processamento de alimentos.

A rigor, esse processo de industrialização tardia já está em marcha. Precisa ser priorizada, impulsionada e acelerada. Na área da agroindústria, das dez maiores empresas e marcas processadoras de alimentos do

Brasil, nove já possuem plantas industriais instaladas em território mato-grossense. A industrialização do etanol de milho tomou tração nos últimos anos, somando-se às plantas já existentes que produzem álcool e açúcar da cana de açúcar, tornando-se um dos mais importantes ramos da indústria local. A chegada em breve de duas ferrovias vai oferecer melhor infraestrutura logística para o transporte da produção industrial, melhorando a competitividade e aumentando o interesse de investidores nacionais e estrangeiros.

Vejo na industrialização a grande prioridade de todos os mato-grossenses. Para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social pelas próximas décadas, melhoria das condições de vida e atuar como um importante vetor para a redução das desigualdades sociais e regionais que ainda perduram no estado.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA - Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Uma extorsão aos brasileiros

Caubi Kuhn (*)

Os preços dos combustíveis estão em disparada. Nesta semana a Petrobrás anunciou um novo reajuste para o Diesel. O leitor que tem o carro a gasolina, álcool ou flex deve estar aliviado. Mas o aumento do diesel também irá afetar sua vida. A base da estrutura logística do Brasil está no transporte rodoviário. O aumento do diesel significa o aumento do custo de transporte do trigo, do arroz, do feijão e quase tudo que você usa no dia-a-dia. Enquanto o Brasileiro a cada dia paga mais caro nos combustíveis, a Petrobras no ano

de 2021 distribui mais de 106 bilhões para os acionistas, e anunciou lucro de R\$ 44,5 bilhões para o primeiro trimestre de 2022. Mas por que a Petrobrás lucra tanto? Neste texto vou explicar por que a atual política de preços é uma extorsão feita a você cidadão.

Atualmente a Petrobrás define o preço dos combustíveis com base no Preço de Paridade Internacional (PPI). Mas o que é isso? Para explicar, irei utilizar a mesma lógica a outro produto. Imagine que você seja um produtor de banana. Para produzir e entregar uma dúzia de bananas no mercado local você gaste 2 reais, somados a mais dois reais de lucro

do comerciante que fizer a venda do produto, o consumidor comprará a dúzia de bananas por 4 reais no total.

Se fosse aplicar a lógica do PPI usada pela Petrobrás para o caso da banana, ao invés de considerar o custo de produção e transporte local, a conta do custo total passaria a considerar o preço de uma banana importada do caribe, ou seja, colocando o valor para transportar uma dúzia de bananas do caribe até sua cidade, assim como os impostos de importação e demais taxas. Somando tudo isso o cálculo hipotético de custo seria de 5 reais por dúzia. O comerciante local venderia para você a mesma dúzia de banana em sua cidade por 7 ou 8 reais. Porém o custo de produção continuou sendo de 2 reais por dúzia, mas a margem de lucro do produtor de banana saltou lá em cima. É justo? Claro que não, pois a banana não veio do caribe e não foi de fato feito nenhum dos gastos com importação ou transporte das bananas em longas distâncias.

Sim, é exatamente isso que a Petrobrás faz. Na definição do preço ela considera como se todo combustível fosse importado, mas ele não é. O Brasil produziu em 2021 em média 2,905 milhões de barris por dia, o que em teoria é o suficiente para atender a demanda interna. O custo de produção médio do Petróleo Brasileiro está em cerca US\$ 12 por barril. Porém, o preço internacional em geral está em patamares superiores a US\$ 100 por barril. A capacidade instalada de refino é de 2,4 milhões de barris por dia. Apesar de ainda faltar ampliar a capacidade para assegurar ao país autonomia em refino, a maioria do combustível que é usado no país é produzido nacionalmente.

A Petrobrás, na hora de definir o preço interno, não está considerando o custo lo-

cal de produção ou de refino. Igual o caso da banana importada do caribe, a Petrobrás faz a conta do preço total dos combustíveis considerando como se toda gasolina e diesel fossem importados de outros países, e tudo em Dólar. Mas na verdade os combustíveis são produzidos em sua maioria com petróleo nacional e com custos em reais. Você acha isso certo?

Além do preço ser um crime a pátria e a população brasileira, a distribuição do lucro exorbitante feito pela companhia também é inaceitável. A Petrobras tem o dever moral e estratégico de garantir que o Brasil possa alcançar a autonomia de refino. Caso a empresa tivesse investido 50% do lucro que foi distribuído aos acionistas nos últimos dois anos, com certeza o problema já estaria resolvido ou muito perto de ser solucionado.

O pior de tudo é que este “lucro” extorquido de você consumidor é transferido para os acionistas sem que seja pago nenhum centavo de imposto. Isso porque, diferente da maioria dos países no mundo, os lucros e dividendos são isentos de impostos no Brasil. Quem paga imposto é eu e você, leitor, e quem paga o lucro injusto destes acionistas também somos nós. Precisamos urgente que a Petrobras volte a fazer seu papel estratégico. Precisamos de autonomia de refino e de um preço nacional de derivados de petróleo. Afinal, como já se dizia no tempo de Getúlio, o petróleo é nosso!

CAUBI KUHN, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

DIREITO À DEFESA

Ação afirma que banca examinadora tem negado acesso às gravações do Teste de Aptidão Física para cargos de escrivão e investigador

Justiça suspende concurso da PJC

Divulgação

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A Justiça Federal de Mato Grosso determinou a suspensão do concurso público da Polícia Civil até que o Estado ou a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), organizadora do certame, disponibilizem as filmagens ou gravações do Teste de Aptidão Física aos candidatos.

A decisão foi proferida pelo juiz Hiram Armênio Xavier Pereira, da 2ª Vara Federal Cível, na quinta-feira, 19 de maio, e atendeu a pedido da Defensoria Pública da União.

Na ação, a Defensoria cita que a banca examinadora do concurso

vem negando aos candidatos aos cargos de escrivão e investigador de polícia as gravações e filmagens do Teste de Aptidão Física. Sem as gravações, eles não conseguem apresentar recurso administrativo contra o teste.

“Sustentou ser necessária uma atuação coletiva, pois não seria crível que todos os candidatos ao concurso público em questão busquem interpor um recurso administrativo com o mencionado teste necessitem impetrar mandado de segurança para obter acesso às filmagens. Trata-se, portanto, de um caso clássico da importância da tutela coletiva para a efetividade dos direitos constitucionalmente garantidos”, diz trecho da decisão.

Ao proferir sua decisão, o juiz cita que a autora narra na ação que diversos candidatos que se submeterem ao exame desejam ter acesso à filmagem que, segundo



Imagens do Teste de Aptidão Física são necessárias para os candidatos que querem interpor recurso comprovarem irregularidades

a Defensoria, está sendo negado pela Gerência de Exames e Concursos, sob o argumento de que o edital não prevê a disponibilização do material aos candidatos.

“O acesso à filmagem do exame físico é a única forma de permitir a averiguação da inexistência

de erros na análise da comissão, possibilitando ao candidato o direito de recorrer, ou não, de forma assertiva de eventual resultado negativo. Se a banca examinadora realizou a filmagem, não há motivo válido para negar seu acesso aos candidatos que assim o

desejarem”, diz trecho da decisão.

O juiz determinou a suspensão do concurso até que as gravações sejam disponibilizadas aos candidatos e estabeleceu prazo de 48 horas para a liberação. Além disso, pedem que seja reaberto o prazo para interposição

de recurso administrativo do teste e que um novo cronograma seja apresentado em até cinco dias.

OUTRO LADO - A reportagem entrou em contato com a Gerência de Exames e Concursos (GEC) da UFMT, que disse não ter sido notificada sobre a decisão.

GUERRA DOS MODAIS

Prefeitura vai ao STJ para travar obras do BRT

Gabriel Soares

Após conseguir decisão favorável no Tribunal de Contas da União (TCU) para suspender o processo de substituição do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rá-

pido (BRT), a Prefeitura de Cuiabá abriu uma nova frente nesta batalha. Em petição protocolada no Superior Tribunal de Justiça (STJ) na quinta-feira (19), a Prefeitura pede que a Corte Superior adote a mesma postura.

Na petição, a Prefeitura aponta que o TCU confirmou que os estudos técnicos apresentados pelo governo do Estado para justificar a substituição do modal não são suficientes. O TCU também apontou que a decisão pela troca

teria sido tomada sem a devida participação dos municípios envolvidos, como demanda o Estatuto das Cidades.

O entendimento foi firmado pelo relator do caso, ministro Aroldo Cedraz, e confirmado em decisão unânime, tomada na sessão plenária do dia 12 de maio.

“No mesmo sentido, entendemos com a devida vênia, deve ser o posicionamento deste D. Juízo, notadamente diante do fato de que a equipe técnica do Tribunal de Contas da União, após acurada análise nas informações e estudos apresentados pelo Governo do Estado visando a substituição do modal, entendeu pela inobservância no processo decisório, da necessária participação bem como pela ausência

de estudos técnicos profundos e exaurientes para embasar a decisão de substituição do modal”, diz trecho da petição.

A Prefeitura ainda resgata o posicionamento do ministro Jorge Oliveira, do TCU, que proibiu a transferência dos recursos do VLT para o BRT em novembro de 2021. Um mês depois, o governo do Estado anunciou que havia quitado o financiamento do VLT, para que não houvessem mais empecilhos na troca do modal. Isso foi interpretado pelos ministros como uma manobra para escapar da jurisdição do TCU e acelerar a troca.

“Com a devida vênia, inexistente qualquer razoabilidade em se permitir a continuidade de todo um procedimento de substituição de mo-

dal de transporte público coletivo intermunicipal, em que já foram gastos mais de 1 bilhão de reais dos cofres públicos, sem a existência de estudos técnicos exaurientes e seguros”, argumenta o procurador-geral adjunto Allison Akerley da Silva, que assina a petição.

HISTÓRICO - O STJ já decidiu, por duas vezes, não atender aos pedidos de liminar no processo movido pela Prefeitura de Cuiabá. A primeira decisão, em 5 de janeiro de 2021, apontou que não havia motivos que justificassem a concessão de liminar. Na segunda decisão, proferida seis dias depois, o ministro Humberto Martins apontou que a Prefeitura cometeu equívoco ao colocar o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) no polo passivo da ação.



Divulgação

Prefeitura afirma que STJ deveria seguir o mesmo entendimento do TCU e suspender o processo de troca do modal

INDENIZAÇÃO DE R\$ 20 MIL

Emanuelzinho aciona Abílio por post nas redes sociais

Da redação

O deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho (MDB), entrou com uma ação de indenização no valor de R\$ 20 mil, contra o ex-vereador Abílio Júnior (PL), por uso indevido de imagem.

Na ação, os advogados do parlamentar relatam que na segunda-feira, 16 de maio, Abílio publicou em seu perfil no Instagram uma imagem anunciando sua pré-candidatura a deputado federal, onde há no fundo uma foto do deputado.

Os juristas citam que a imagem foi utilizada sem o consentimento do deputado e que a montagem retrata Emanuelzinho como anta-

gonista ao ex-vereador, “se valendo de uma rixa infundada que o réu possui com a família do Autor e que demonstra o claro viés vexatório da aludida publicação, uma vez que incita o ódio por parte de seus correligionários para com a pessoa do autor”.

Além disso, eles também citam que a postagem tem o viés “comercial”, por se tratar de uma campanha eleitoral.

“[...] a definição do dano moral relata claramente todos os sofrimentos psíquicos e sensoriais sofridos pela Recorrida diante da situação em que se encontra, fundamentalmente porque a mesma sentiu ofendida ao ver sua imagem e de seu

trabalho vinculado com candidato e partido de que não tem qualquer afeição, mas o contrário nutre profundo descontentamento e discordância política e ideológica”, diz trecho da ação.

Além do pedido de indenização, os advogados pedem que seja concedida a liminar para imediata remoção da publicação, a proibição de Abílio em vincular o nome do deputado em suas redes sociais e retratação pública em todas as redes sociais.

Depois da repercussão da publicação, o ex-vereador excluiu o post e postou uma nova montagem em que no fundo aparece a imagem do Congresso Nacional.

TABULEIRO POLÍTICO

Neri cogita seguir sozinho se Mauro optar por Fagundes

Da redação

O deputado federal Neri Geller (PP) disse que a possibilidade de uma candidatura “avulsa” ao Senado Federal não está descartada. O tema é discutido com o grupo político que defende seu nome para disputar a senatura na eleição deste ano. Com isso, Neri tocaria seu projeto político sem uma aliança com candidatos ao governo.

“O próprio Blairo falou isso já lá atrás, o Carlos Fávaro... nós estamos discutindo com o MDB, nós já estamos discutindo. Eu estou no grupo e a gente vai discutir isso avulsa, alternativa. Deixa as coisas acontecer lá na frente”, disse.

Neri aguarda a decisão do governador Mauro Mendes (União) sobre

qual candidato ao Senado ele deve apoiar. Além do progressista, o senador Wellington Fagundes (PL), que deverá ir à reeleição, quer o governador em seu possível palanque.

Ele disse que a tendência é que ele e seu grupo apoiem uma provável reeleição de Mauro ao governo. O deputado falou que está na base de Mauro desde o início do mandato e que não vai ser agora que vai mudar de opinião.

“Nós estivemos com o Mauro desde o primeiro dia, a tendência é natural. Se sempre eu falei bem do governo, que ele enxugou a máquina, que ele fez o que tinha que fazer, agora na última hora eu vou falar que o cara não presta? Não vou fazer isso. Nós vamos ter

coerência, eu não vou sair fora da coerência, logicamente que daqui a pouco nós vamos começar a discutir futuro, aí começa a mudar um pouquinho o quadro”, destacou.

Neri destacou ainda que mantém o seu projeto de possível candidatura ao Senado. Ele comentou que pesquisas internas mostram que está “bem posicionado” e que tem apoio de outros partidos, como o MDB e PSD.

“A tendência é caminhar com o governador Mauro Mendes, se ele for à reeleição, sempre deixei isso muito claro. Agora não é necessariamente uma obrigação. O grupo que nós estamos trabalhando é para uma candidatura ao Senado para ir para uma eleição para ganhar sem depender de ninguém”, disse.

IMPOSTO DOS COMBUSTÍVEIS

Suspensão de normas que permitem aos Estados conceder desconto no ICMS pode causar aumento no preço do diesel em todo o país, alerta Sefaz

Decisão do STF pode elevar preços

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed Cuiabá

Da redação

O governo do Mato Grosso irá se juntar aos demais Estados para recorrer da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, que suspendeu duas cláusulas de uma resolução do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que trata sobre o ICMS do diesel.

Os artigos suspensos permitem que os Estados concedam descontos sobre a alíquota única de ICMS estabelecida nacionalmente. Foi a forma que os Estados encontraram de cumprir a lei federal que determina a cobrança de um valor único em todo o país sem aumentar consideravelmente o imposto do diesel.

Em nota, a Sefaz cita que o Confaz fixou em

R\$ 1,0060 a alíquota uniforme do ICMS para todo o país. Esse valor é cobrado por litro de diesel S10, em cumprimento à lei complementar nº 192/2022. Entretanto, o Confaz também autorizou descontos diferentes em cada estado, o que permitiu a redução da alíquota para R\$ 0,86 em Mato Grosso.

“Mato Grosso, assim, conforme demonstra o Anexo II do Convênio ICMS 16/22, concedeu uma redução de R\$ 0,1435 sobre a alíquota ad rem por litro de diesel S10 estabelecido para todo o país em R\$ 1,0060, resultando no ICMS por litro no território mato-grossense em R\$ 0,8625”, explicou.

No último dia 13, o ministro André Mendonça, do STF, concedeu liminar pedida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Através da Advocacia-Geral da União (AGU), o presidente questiona duas cláusulas do Convênio ICMS nº 16/22, que trata da alíquota única do imposto sobre óleo diesel e autoriza os estados a utilizar ‘instrumentos de equalização tributária’.

Na ação, a AGU argumenta que a ‘equalização tributária’ cria a possibilidade de diferenciação das alíquotas entre os estados e o Distrito Federal, distorcendo a lei complementar nº 192/22.

“A decisão do governo do Estado é a de lutar, no STF, para manter o valor do ICMS com a redução autorizada pelo CONFAZ; para isso, Mato Grosso se associará aos demais Estados da federação para defender, no STF, o direito de reduzir o ICMS dos combustíveis (inicialmente, do diesel) por meio de benefícios concedidos no âmbito do CONFAZ, que é um direito consagrado pela própria Constituição”, diz trecho da publicação.

A Sefaz alerta que a ação da AGU pode levar a um aumento do preço do diesel em quase todo o país. “Porque, se a liminar for mantida, o ICMS em Mato Grosso aumentará R\$ 0,1435 por litro do referido combustível”.

Na segunda-feira, 16 de maio, o governador Mauro Mendes (União), lamentou a politização do tema e destacou que o “grande vilão” da



Ministro André Mendonça considerou que concessão de descontos viola o critério de alíquota única nacional sobre o diesel

história é a Petrobras. As críticas de Mauro são direcionadas à política de preços da estatal, que comercializa o combustível aos mesmos preços do mercado internacional.

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese)

apontam que a Petrobras teve um custo médio de extração de petróleo e produção de derivados na casa de R\$ 114 por barril em 2021. Em contrapartida, o produto foi comercializado por R\$ 416,40 o barril.

“Não adianta querer mudar o foco do ICMS, ele estava congelado

desde novembro do ano passado, todo mundo sabe disso e o preço da gasolina e o preço do diesel continua aumentando, não adianta tampar o sol com a peneira, o vilão desse negócio se chama Petrobras e a política de preço que ela está praticando no Brasil”, frisou.

DECRETO PUBLICADO

Emanuel garante RGA de 12,5% na folha de maio

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) concedeu, por meio do decreto nº 9.091/2022, o Reajuste Geral Anual (RGA) de 12,47% aos servidores municipais ativos e inativos da Prefeitura de Cuiabá. A revisão será creditada na folha de pagamento do mês de maio. O decreto foi assinado na última sexta-feira (13) e circulou na Gazeta Municipal de segunda-feira, 16 de maio.

O prefeito afirmou a recomposição salarial está assegurada na legislação vigente e sua decisão seguiu as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista o equilíbrio econômico do município.

“Desde 2017, não quero os servidores atrás de mim e tampouco à minha frente, mas sim

do meu lado, incentivados, estimulados, valorizados, pois eu preciso deles para que as políticas públicas cheguem à ponta com humanização e eficiência à sociedade. O RGA sempre foi uma bandeira que eu defendi, que não é aumento e sim uma recomposição salarial devido ao fator inflacionário do último ano e isso não pode ser desprezado”, afirmou.

Emanuel lembrou ainda que, devido à pandemia, o governo federal impediu a concessão de qualquer tipo de reajuste, incluindo a RGA, até dezembro de 2021. No entanto, agora que as negociações podem ser retomadas, ele decidiu quitar os reajustes referentes ao período de 2019/20 e 2020/21.

“Essa é uma luta de todos e a boa notícia é que restante alusivo a pandemia, já abri ne-

gociação com o Fórum Sindical e com o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cuiabá (SISPUMC), vereador Adevaír Cabral. Agradeço também ao deputado federal Emanuelzinho, que sempre esteve ao nosso lado, nos apoiando fielmente”, acrescentou.

A notícia foi comemorada pelos representantes dos servidores públicos municipais, que acompanharam a assinatura do decreto. José Pacheco, representante do Sindicato dos Auditores Fiscais e Inspectores de Tributos de Cuiabá (Sinafit), afirmou que os servidores se sentem valorizados com a recomposição do poder de compra de seus salários.

“Depositamos toda a nossa confiança no senhor e surpreendeu as expectativas sendo um

verdadeiro parceiro, porque o nosso trabalho tem sido valorizado, os nossos servidores

também, algo que nós não poderíamos deixar de colocar aqui também. Esse momento re-

compõe o nosso poder de compra, paralelos às ações que existem”, disse.



Além da RGA 2022, Emanuel abriu negociações para quitar os reajustes atrasados de 2020 e 21

PALANQUE PARA LULA

O vice-prefeito Stopa garante candidaturas da federação

Da redação

O presidente do PV em Mato Grosso, o vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa, disse que os partidos que compõem a federação “Brasil da Esperança” - formado por partidos de centro-esquerda, como PT, PCdoB e PV - vai apoiar candidaturas de siglas que estejam próximas ou que garantam palanque para uma provável candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência no estado.

Dos cargos majoritários na eleição deste ano, o grupo discute o nome de Stopa e da ex-reitora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Maria Lúcia Cavalli, ao governo. O PT disse que até o final de maio deve apresentar um nome para ser discutido entre as legendas.

Já ao Senado Federal, o PV deve apresentar o nome da primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro.

“A federação terá candidato ou vai apoiar candidato que estiver

próximo ao nosso grupo político, é simples assim, política é isso”, disse Stopa em entrevista à imprensa na última sexta-feira, 14 de maio.

PSB - Nacionalmente, o PT e PSB anunciaram coligação para uma possível formação de chapa para disputa a presidência, com o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin como vice-presidente e Lula encabeçando o grupo.

A mesma “união” não deve acontecer no estado, já que o presidente do PSB no estado,

deputado Max Russi, posicionou totalmente contrário a possibilidade de integrar a federação com os partidos de esquerda, além de apoiar a liberação da nacional para apoiar outras candidaturas à presidência.

O posicionamento deve afastar um possível apoio entre o PSB e a federação no estado. Sobre a chance de a federação apoiar uma possível candidatura da médica Natasha Shlesarenko, Stopa disse que “tudo é possível”.

“Por isso que tem esse período pré-convenção onde as discussões acontecem. Tudo é possível, mas volto a repetir: vamos apoiar aqueles que estiverem e apoiar o nosso grupo político”, reiterou.

Stopa destacou que, em algum momento, Russi deverá se posicionar se vai caminhar em caminho contrário à decisão da nacional ou não.

“O deputado Max Russi vai ter que fazer alguma opção em algum momento da história. É um grande deputado,

mas vai ter que fazer alguma opção, na hora que fizer alguma opção vamos conversar sobre isso”, disse.

“Nada está fechado, mas existe uma coisa que está certa: nós vamos apoiar pessoas que estiverem ligadas e que estiverem nos apoiando, esse é o princípio de qualquer conversa que vamos ter. Não podemos citar nomes ainda porque é cedo, o processo político é muito dinâmico, mas apoiaremos quem estiver nos apoiando”, destacou.

DINHEIRO A CAMINHO

Governo quer contrair US\$ 40 milhões junto ao Banco Mundial para utilizar em projetos de melhoramento de eficiência fiscal do Estado

AL permite empréstimo em dólar

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Estado de Fazenda (Sefaz) para tirar dúvidas sobre a operação, como o objetivo da medida, o período de carência e a taxa de juros.

“Uma vez aprovado aqui na Assembleia, a gente vai sentar na mesa de negociação com o Governo Federal e o Banco Mundial, para definir tecnicamente a taxa de juros, a quantidade de parcelas a serem pagas. Existe uma taxa mínima que gira em torno, mais ou menos, de 1,5% a 1,3% ao ano. Isso não é fixo, não é o que vai prevalecer no projeto”, explicou o secretário-adjunto de Transformação Digital da Sefaz, Kleber Geraldino.

Os técnicos também esclareceram que o projeto tem como objetivo modernizar a gestão fiscal, orçamentária e patrimonial da administração pública estadual. Para isso, devem ser feitos investimentos em automação de processos e até na construção de imóveis, com o objetivo de reduzir gastos com folha salarial, recomposição de pessoal e aluguéis.



Técnicos do governo foram à Assembleia para explicar detalhes sobre o empréstimo de US\$ 40 milhões

Da redação

A Assembleia Legislativa aprovou, na sessão ordinária de quarta-feira, 18 de maio, o projeto que autoriza o governo a contrair empréstimo de até 40 milhões de dólares - aproximadamente R\$ 200 milhões, na cotação atual - junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

A proposta foi aprovada em segunda votação e teve votos contrários de apenas cinco deputados: Delegado Claudinei (PL), Faissal Calil (Cidadania), Lúdio Cabral (PT), Ulysses Moraes (PTB) e Valdir Barranco (PT).

Antes da votação, os parlamentares se reuniram com a equipe técnica da Secretaria de

No entanto, os esclarecimentos dos servidores não foram considerados suficientes por um grupo de deputados.

“Absolutamente desnecessária a realização desse financiamento. O projeto de lei aprovado deixa evidente as lacunas. Nós aprovamos o valor, mas não aprovamos prazo

de duração do financiamento, a quantidade de parcelas, período de carência... Não aprovamos taxa de juros e nenhum tipo de proteção em função da variação cambial. É um projeto que fala em reduzir custos com assistência social, com saúde, com servidores públicos num Estado que tem bilhões de reais em

caixa para modernizar a gestão com tranquilidade, sem depender de um organismo mundial”, argumentou Lúdio Cabral.

O vice-líder do governo, Wilson Santos (PSD), disse que o projeto começou a ser debatido pelo governo em 2019, “quando não tinha a saúde financeira que tem hoje”. Ele

alega que o empréstimo não trará apenas dinheiro ao caixa, mas também consultoria de primeiro mundo. Para ele, a quantia é “razoavelmente pequena”.

“Além de colocar dinheiro no caixa do Estado, vai trazer tecnologia, know-how e consultorias para aperfeiçoar a gestão fiscal”, afirmou.

EM ARTICULAÇÃO

MT quer empréstimo de R\$ 500 milhões para Educação

Gilberto Leite

Da redação

Com o aval da Assembleia Legislativa para o empréstimo de 40 milhões de dólares praticamente garantido, o governo do Estado já trabalha em busca de outra linha de crédito para financiar investimentos na Educação Pública. A informação foi revelada na manhã de quarta-feira, 18 de maio, pelo deputado estadual Max Russi (PSB), primeiro-secretário da Assembleia, que é favorável aos empréstimos.

No entanto, ainda não há detalhes sobre o novo pedido de empréstimo. Max revelou que a intenção de contrair o empréstimo foi debatida entre membros do governo e da Assembleia, mas o pro-

jetivo ainda não chegou ao Legislativo. O valor será de 100 milhões de dólares, o que deve resultar em até R\$ 500 milhões na cotação atual.

“É um dos governos que tem a menor dívida em termos comparados com a receita do Estado, então tem uma capacidade de empréstimo e nós precisamos buscar esses recursos”, disse Max. “O Estado está muito bem e os investimentos estão acontecendo. Se a gente puder antecipar esses investimentos com empréstimos, se tem outras fontes de receita para buscar, tem que ser buscada. Eu defendo isso”, enfatizou.

O empréstimo de 40 milhões de dólares (cerca de R\$ 200 milhões, na cotação atual) tem como

objetivo melhorar a eficiência fiscal, orçamentária e patrimonial. Esses recursos serão investidos em projetos de automação e infraestrutura, com objetivo de reduzir os gastos com salários e aluguéis em cerca de 15% ao longo dos próximos anos.

Apesar de enfrentar alguma resistência da oposição, o empréstimo já está praticamente assegurado dentro da Assembleia. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou o projeto de lei na terça-feira (17), liberando-o para segunda votação no plenário. A matéria foi aprovada com apenas três votos contrários na sessão da última semana.

Ao defender os empréstimos, Russi enfa-

tizou que os créditos são uma forma de o governo antecipar investimentos que já teria que fazer nos próximos anos.

“É muito bom esse empréstimo. Eu voto favorável e defendo. Acho importante nós pegarmos esses recursos, com juros baratos, para que nós possamos fazer investimentos. Precisamos fazer muitos investimentos ainda, muitos serviços públicos precisam chegar aos municípios, na ponta. Tá avançando muito, tá fazendo muita estrada, seis grandes hospitais em todas as regiões, mas tem muita coisa ainda para ser feita e através dos empréstimos você consegue antecipar isso”, pontuou Russi.



Russi se declarou favorável aos dois pedidos de empréstimos, para antecipar investimentos

‘QUALQUER BOCOZINHO SABE’

Mauro diz que TCU cometeu "presepada" com o BRT

Gilberto Leite



Mauro sustenta que não há dinheiro federal envolvido e, por isso, TCU não deveria ‘se meter’ nas obras do BRT

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) voltou a criticar a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que suspendeu todos os procedimentos administrativos relativos à troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT).

Em conversa com jornalistas, Mauro disse que o entendimento do TCU é um absurdo e reiterou que a nova proposta de modal não tem nenhum centavo de verba federal. Além disso, ele comentou que o órgão cometeu uma “presepada” ao dar seguimento à representação feita pelo Município de Cuiabá.

“Respeito o ministro, mas ele ou a assessoria dele cometeu um engano ou algo que precisa

ser explicado aí. Porque não tem um centavo de verba federal, é 100% dinheiro de Mato Grosso, então o TCU não tem que se meter nessa história. Isso qualquer ‘bocozinho’ sabe. Como é que o TCU não sabe disso?”, questionou.

Na semana passada, o ministro do Tribunal Aroldo Cedraz acatou a representação feita pelo Município de Cuiabá, que apontou irregularidades no processo de mudança do modal que estava previsto para ser instalado em Cuiabá e Várzea Grande. A decisão cautelar foi mantida pelo Pleno do TCU, por unanimidade.

Mauro disse que o governo irá adotar todas as medidas necessárias para reverter a decisão. Ele ainda contou que falou ao ministro que o VLT é filho

da corrupção. Os casos de corrupção no processo de escolha e licitação do VLT constituem o principal argumento do Estado para o rompimento do contrato e o pedido de ressarcimento dos valores já pagos.

“Vocês querem que eu ressuscite o filho da corrupção? Eu já disse e vou repetir várias vezes: o VLT é filho da corrupção, nasceu na base da corrupção. Eu mostrei para o ministro [...]. Lamentavelmente e estranhamente o ministro não voltou atrás”, relatou.

NOVELA SEM FIM - Defensor da conclusão das obras do VLT, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), anunciou na última semana que a Prefeitura protocolou no TCU um pedido de inspeção presencial das obras de implanta-

ção do modal. Seu objetivo é mostrar a situação de abandono do canteiro em Cuiabá e Várzea Grande, além de exibir os veículos e materiais acumulados no depósito do aeroporto.

“Com isso, vamos acabar com esses argumentos utilizados por aqueles que querem tapar o sol com a peneira”, disse.

A novela do VLT se estende desde 2014, quando o modal deveria ter sido entregue. O projeto já consumiu mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos, já foi alvo de operação da Polícia Federal e teve o contrato rescindido em 2017. Após estudo, o governo decidiu mudar o modal e, no último dia 28, divulgou a empresa vencedora da licitação das obras do BRT, no valor de R\$ 4,68 milhões.

PROPOSTA À MESA

Senador propõe utilização de fundo de R\$ 60 bilhões para amenizar impactos de reajuste na tarifa, que chegou a 22,5% em Mato Grosso

Medida pode aliviar a conta de luz

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

As distribuidoras de energia elétrica possuem quase R\$ 50 bilhões "à mesa", que podem ser utilizados para amenizar os impactos dos reajustes tarifários aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em Mato Grosso, o aumento médio chega a 22,5%. Os recursos citados por Garcia são oriundos de bitributação: cobrança do PIS/Cofins sobre o ICMS, pago pelos consumidores nos últimos anos.

Especialista no setor elétrico brasileiro e autor da proposta de utilizar o crédito tributário, o senador Fábio Garcia (União Brasil) promoveu uma audiência pública para discutir os desafios de colocar a proposição em prática.

Garcia explica que além dos R\$ 48 bilhões que estão habilitados

para o uso, há outros processos em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), em ações que questionam a bitributação. Após a conclusão de todos os julgamentos, esse recurso poderá ultrapassar R\$ 60 bilhões, que poderão ser utilizados em prol do consumidor.

"Eu acredito muito mais nas propostas que são factíveis, responsáveis com o consumidor, bem como o setor de energia. Essa proposta foi dialogada, foi conversada, as distribuidoras têm dinheiro, esse crédito constituído [...]. O crédito está na mesa. Desses R\$ 60 bilhões, R\$ 48 bilhões estão habilitados pela Receita Federal", afirma Garcia.

Após a audiência pública, foi elaborado "um desenho" do projeto de lei para regulamentar a questão, com contribuições de representantes da Aneel, Ministério de Minas e Energia (MME), Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abra-ce), Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abra-dee) e Receita Federal.

Ainda não há um cronograma para apro-



Se aprovada, proposta pode reduzir aumento da tarifa em Mato Grosso dos atuais 22,5% para cerca de 5%

vação do projeto de lei, mas Garcia afirmou que vai trabalhar para que seja aprovado o "mais breve possível". Ele calcula que, se aprovada, a medida poderia reajustar tarifário em Mato Grosso dos atuais 22,5% para cerca de 5%.

No momento, o PL dá foco para duas questões:

1 - garantir a utilização de 100% desse crédito em benefício do consumidor, já que as distribuidoras querem uma parte do recurso,

alegando custos processuais;

2 - criar um instrumento para que a Aneel utilize futuros créditos tributários para amenizar novos reajustes da tarifa de energia.

Fábio Garcia ainda explica que as distribuidoras já fazem essa devolução, porém, ocorre "a conta-gotas", pois depende de constantes negociações com a Aneel.

"O que busco é criar uma regra clara, que

permita que se utilize esse crédito na sua integralidade, na maior intensidade possível, para reduzir o preço da energia elétrica", conclui.

CANETADAS E PROPOSIÇÕES - Outras tentativas para reduzir ou impedir o aumento da tarifa de energia também estão sendo feitas. A Câmara dos Deputados, por exemplo, quer dar uma "canetada", por meio de decreto legislativo, postergando o aumento para 2023. A

Assembleia Legislativa (ALMT) também entrou com uma representação TCU, solicitando outra "canetada", por meio de uma medida liminar.

Outra sugestão, esta vinda do setor elétrico, é revisar a necessidade da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um encargo cobrado do setor e do consumidor, que vai para um fundo cujo objetivo é promover o desenvolvimento energético do país.

REALIDADE AMARGA

Falta de ônibus torna sonho de pegar o diploma mais tortuoso

Da redação

Acordar cedo, correr para o ponto, embarcar no ônibus lotado e seguir para o trabalho. Bater o ponto, trabalhar, correr para pegar mais um ônibus lotado e seguir para a faculdade. Essa corrida contra o relógio é a rotina diária de muitos universitários do período noturno de Cuiabá que, em sua maioria, dependem do transporte coletivo para se locomover. Esse é 'o corre' de quem busca no diploma o caminho para realizar os próprios sonhos e uma vida melhor e que ainda precisa enfrentar mais um desafio diário: a aula deveria encerrar às 23h, mas termina às 22h por causa do horário do ônibus.

Estudante de Química na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cristiane de Souza é uma dessas acadêmicas e relata sua jornada. Para ela, há uma redução na frota de veículos no período noturno, dificultando ainda mais o dia a dia.

"Eu acredito que se percebe, sim, essa falta de veículos! Por exemplo, a gente se sente um pouco abandonada no sentido de que, talvez, se tivesse [mais ônibus], evitaria várias coisas, como roubos, coisas que às vezes nem chegam ao nosso conhecimento, pessoas que desistem dos estudos por conta de uma coisa que poderia ser resolvida, caso isso fosse considerado", avaliou.

A redução na frota de ônibus também é sentida por Hiago Venêncio. Estudante de Engenharia



Por causa da diminuição da frota de ônibus no período noturno, as aulas acabam terminando mais cedo

Elétrica na UFMT, ele se sente inseguro ao voltar para casa, devido à falta de iluminação pública, tanto na instituição como no bairro onde mora, o Grande Terceiro.

"Lá no Centro, acaba que esse horário fica muito vazio e os ônibus demoram muito para passar, principalmente aqueles que vão para o bairro. E aí a gente acaba ficando um tempinho lá esperando e, como é vazio e meio escuro, acho que todo mundo que está ali se sente meio inseguro", contou.

Outro fator que preocupa o universitário é a duração das aulas. No período matutino, os alunos têm quatro horas de aulas. Na teoria, isso também deveria ocorrer com os estudantes do período noturno. No

entanto, como explicou Juliana Ghisolfi, professora de Ciências Políticas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), isso não acontece.

"As aulas têm início às 19h e deveriam ir até 22h40, ou seja, com intervalo de 20 minutos das 20h40 às 21h. Há muito tempo que a gente não chega nem às 22h, por causa dos horários de ônibus em alguns bairros de Cuiabá e em Várzea Grande", contou.

Essa perda de horas é prejudicial para Rafaela Roberta, outra estudante de Química, que acredita que isso afeta o rendimento dos alunos, que já chegam nas aulas exauridos.

"Olha, é ruim, é difícil porque a gente está perdendo meia hora de aula porque a gente tem

que sair mais cedo por conta dos horários de ônibus. Se a gente ficar até o final da aula, muito provavelmente, a gente vai chegar por volta das 23h em casa, que é extremamente tarde. É perigoso", pontuou.

Uma alternativa encontrada pelos edu-

cadores para tentar amenizar essa perda de carga horária é não dar intervalo e "tocar direto", das 19h até as 21h30, no máximo. Para Elianara Martins, professora de Estatística da UFMT, isso não é o ideal, pois muitos estudantes trabalham durante o dia e precisam comer alguma coisa de noite. Por já ter passado pelas mesmas dificuldades, a profissional entende e se coloca no lugar dos alunos.

"Eu entendo o lado deles porque tem muita gente que trabalha e tenta conciliar o trabalho com o estudo. Eu era aluna da Estatística aqui e sei das dificuldades. Eu também pegava ônibus. Então, eu acabo me colocando no lugar deles. E eu sei como é você ficar esperando o ônibus até tarde. Várias vezes já cheguei quase meia-noite", concluiu.

OUTRO LADO - O Estadão Mato Grosso entrou em contato com a Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) para obter informações sobre o número de veículos

disponíveis no período noturno. Em resposta, a pasta informou que, durante o dia, 360 ônibus estão disponíveis para suprir a população cuiabana. Questionada sobre o motivo da redução da frota no período noturno, a secretaria não forneceu explicações até o fechamento dessa matéria.

A reportagem então, entrou em contato com as empresas de ônibus em Cuiabá. Como resposta, a CariBus informou que o fluxo de seus veículos começa a diminuir a partir das 19h15, após o horário de pico. Além disso, a empresa disse realizar uma pesquisa diária junto à Semob para saber qual a demanda de passageiros na parte da noite na capital, com seus veículos circulando até à 2h da madrugada.

Já a Integração Transportes e a Pantanal Transportes não responderam as ligações, assim como a Associação Mato-grossense dos Transportadores Urbanos (AMTU). O espaço segue aberto.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS • ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR
PUBLICAÇÕES E AQUI

LOGÍSTICA

Processos burocráticos avançam e cidades já se preparam para receber 'boom' econômico com a construção da primeira ferrovia estadual

Dá licença, o trem está chegando

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

As licenças ambientais para construção da Ferrovia Estadual Senador Vicente Vuolo devem ser concedidas à Rumo Logística nas próximas semanas, permitindo o início da instalação dos trilhos que devem chegar a Cuiabá e até Lucas do Rio Verde. A expectativa é que, após o início das obras, os trilhos cheguem a Cuiabá em 5 anos e em Lucas nos próximos 8 anos.

Francisco Vuolo, secretário de Desenvolvimento Econômico de Cuiabá e presidente do Fórum Pró-Ferrovia, destaca que todos andamentos em relação à ferrovia estão sendo cumpridos ou já foram, como a realização de audiências públicas, processo de licitação e outras determinações da legislação em vigor.

"Estamos no aguardo apenas da formalização das licenças prévias e de instalação. Inclusive, a Sema [Secretaria de Estado de Meio Ambiente] já manifestou de forma positiva. Aguardamos esse desfecho de forma oficial pra gente comemorar, tendo em vista que Cuiabá e todo o estado de Mato Grosso vão ter o benefício direto da construção da ferrovia", afirma.

Quando tiver as licenças em mãos, a empresa responsável pela construção deve anunciar um cronograma detalhado das intervenções. Estão previstas construções de terminais ferroviários em Cuiabá, Primavera do Leste, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde.

Francisco Vuolo adianta que, nos próximos dias, as partes interessadas no processo vão se reunir com representantes da Rumo para "prospectar prazos e diretrizes" do projeto. Ademais, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem se debruçado sobre adequações no Plano Diretor para preparar Cuiabá para a chegada dos trilhos.

A expectativa é que a chegada dos trilhos também impulsio-



Se aprovada, proposta pode reduzir aumento da tarifa em Mato Grosso dos atuais 22,5% para cerca de 5%

ne toda a economia da Baixada Cuiabana e de demais municípios onde os trilhos vão passar, estimulando a instalação de agroindústrias, que poderão industrializar as commodities produzidas no "celeiro do mundo", como soja, milho, carnes e outras matérias-primas.

Segundo Vuolo, as atenções da Prefeitura de Cuiabá e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico estão voltadas para preparar a população para as oportu-

nidades que vão surgir.

"O prazo até lá [chegada dos trilhos em Cuiabá] é de cinco anos e, por isso, a importância do trabalho que estamos fazendo para poder preparar a cidade para esse impacto positivo que a ferrovia vai trazer, com a redução de custo de frete, além da atração de inúmeras empresas, em função dessa alternativa de logística que teremos", conclui.

OUTROS PROJETOS
- Além da Ferrovia Es-

tadual Senador Vicente Vuolo, estão em andamento na região do Araguaia as obras da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), conduzidas pela Valec, um "braço" de infraestrutura da mineradora Vale. A ferrovia vai ligar os trilhos que ligam Mara Rosa (GO) a Água Boa (MT), importantes regiões produtoras dos dois estados.

Como consequência disso, o economista Vivaldo Lopes acredita que Mato Grosso deve

passar por uma "quarta revolução", com a industrialização da produção agropecuária.

"A chegada em breve de duas ferrovias vai oferecer melhor infraestrutura logística para o transporte da produção industrial, melhorando a competitividade e aumentando o interesse de investidores nacionais e estrangeiros. Vejo na industrialização a grande prioridade de todos os mato-grossenses", avalia o economista.

REAJUSTES MAIS FREQUENTES

Governo muda tabela do frete após alta do diesel

Gilberto Leite

Luciano Nascimento/ABr

Foi publicada na terça-feira (17), no Diário Oficial da União (DOU), a Medida Provisória (MP) 1117/2022, que altera uma regra para a elaboração da tabela de preço do piso mínimo de frete rodoviário de carga. A MP reduz de 10% para 5% o percentual de variação no preço do diesel para a correção dos valores da tabela. A medida ocorre após o anúncio de mais uma alta no preço do óleo diesel na semana passada.

Elaborada em 2018, após a greve dos caminhoneiros, a legislação sobre a Política Nacio-

nal de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas estabelece que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve publicar a tabela a cada seis meses, até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano, com os valores serão válidos de piso para o semestre.

O texto prevê ainda que a tabela deve ser atualizada sempre que houver oscilação no preço do produto igual ou superior a 10%. Com a mudança introduzida pela MP, esse percentual foi reduzido para 5%.

A partir de agora, sempre que ocorrer os-

cilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos, a ANTT deve atualizar a tabela.

"Com isso, pretende-se dar sustentabilidade ao setor do transporte rodoviário de cargas, e, em especial, do caminhoneiro autônomo, de modo a proporcionar uma remuneração justa e compatível com os custos da atividade", diz nota publicada pela Secretaria-Geral da Presidência.

Para a elaboração da tabela, além do preço do produto, também são

considerados a quantidade de quilômetros rodados na realização de fretes, eixo carregado, consideradas as distâncias e as especificidades das cargas definidas, bem como planilha de cálculos utilizada para a obtenção dos respectivos pisos mínimos.

Na semana passada, a Petrobras anunciou um reajuste de 8,87% no preço do diesel para as distribuidoras. De acordo com a empresa, o preço do litro do combustível no atacado passou de R\$ 4,51 para R\$ 4,91, um aumento de R\$ 0,40, que começou a ser cobrado a partir do dia 10.



Mudança permite reajuste da tabela de frete quando houver oscilação de 5% no preço do diesel

RECUPERAÇÃO

PIB do Brasil cresceu 1,5% no 1º trimestre, diz FGV

Akemi Nitahara/ABr

O Monitor do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), divulgado nesta terça-feira (17) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentou aumento de 1,5% na atividade econômica no primeiro trimestre de 2022, na comparação com o quarto trimestre de 2021. Na passagem de fevereiro para março deste ano, o crescimento foi de 1,8%. Na comparação anual, o aumento do PIB ficou em 2,4% no trimestre e em 4,2% no mês.

A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, avalia que o aumento se deve ao desempenho

positivo dos serviços, que apresentam boa recuperação após o forte impacto sofrido durante os piores momentos da pandemia de covid-19.

"Dentre as atividades que compõem o setor, apenas as de outros serviços e de administração, educação e saúde pública ainda não haviam recuperado, no quarto trimestre de 2021, o nível de atividade de pré-pandemia da covid-19. Com o resultado do primeiro trimestre deste ano, a atividade de outros serviços ultrapassou o nível pré-pandêmico".

Ele alerta que o desempenho do PIB tem sido impulsionado pela normalização da atividade econômica ao que

era antes da pandemia, mas que este efeito está se esgotando e deve impactar na sustentabilidade do crescimento.

De acordo com os dados da FGV, o consumo das famílias cresceu 3,4% no primeiro trimestre, na comparação interanual, puxado pelo consumo de serviços. As principais influências para o desempenho positivo foram os serviços de alojamento, alimentação e domésticos. Já o consumo de bens duráveis caiu 6,7%, o único com queda.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve crescimento de 1,5% no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo trimestre de 2021.

ESPELHOS

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadovidros.com.br

SEM DEFINIÇÃO

Em nova proposta aos Estados, governo sugere que imposto do diesel seja cobrado com base no preço médio dos últimos cinco anos

Governo quer mudar ICMS do diesel

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Em mais uma tentativa de “segurar” o preço do diesel, o Ministério da Economia apresentou ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) uma nova proposta para estabelecer um valor fixo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o óleo diesel. A proposta foi feita na reunião de quinta-feira, 29, em Brasília, e os secretários estaduais de Fazenda ainda vão analisar o texto antes de dar uma resposta.

Fábio Pimenta, secretário de Fazenda de Mato Grosso, explicou que a proposta não foi deliberada na reunião extraordinária e que foi encaminhada para o Grupo de Trabalho de Procuradores Estaduais. Só após uma avaliação detalhada é que os secretários vão deliberar sobre o assunto.

A proposta do governo é que o ICMS do diesel seja cobrado so-

bre a média dos preços praticados pelo mercado nos últimos 60 meses (cinco anos). Essa base de cálculo ficaria em vigor até o início da vigência da lei complementar 192/2022, que estabelece uma alíquota única para os combustíveis, com valor fixo em reais por litro.

Na avaliação do economista Vivaldo Lopes, o governo federal e a Câmara dos Deputados, buscam achar culpados em vez de se debruçar sobre o problema para encontrar uma solução definitiva.

“Estão se esforçando, mas não para solucionar o problema da alta de combustíveis, da alta do diesel, do gás, da gasolina e da energia elétrica. Eles procuram, de forma canhestra e atabalhada, um culpado para dizer para a Nação que os preços estão altos não é por culpa do governo federal, do Ministério da Economia ou da Petrobrás”, afirma o economista.

Vivaldo ainda destaca que as possibilidades de a proposição ser aprovada em ano eleitoral são quase nulas, em razão do período eleitoral e da falta de condições econômicas e fiscais. A tendência é que os secretários de Fazenda continuem resistindo às proposições



Economista aponta que propostas do governo não resolvem o problema, apenas tentam criar um culpado para os preços altos

genéricas do governo federal, já que em alguns casos poderia causar perdas de arrecadação e, em outros cenários, um aumento tributário.

Uma revisão tributária é vista com bons olhos, mas precisa ser feita de forma geral, em todos os setores, e não apenas no setor de combustíveis. Vivaldo ainda lembra que o debate sobre uma reforma existe há anos, mas governo e

Congresso Nacional não dão espaço para essa proposta avance.

“É interessante ter uma alíquota única em todos os estados, mas tem realidades diferentes. Você teria que ter um fundo amortizador de perdas e ganhos no período de transição. Isso seria possível fazer e o governo federal poderia ser o arbitrador, integrador de uma solução”, defende, acrescentando que a alí-

quota fixa poderia ser estabelecida de acordo com as regiões.

Os estados que perderem arrecadação com a alíquota única poderiam criar um fundo para reduzir os impactos nas contas públicas, defende o economista. Isto é, se a medida a ser adotada causar uma perda de arrecadação um Estado e permitir um aumento em outros, quem ganhar mais irá “repar-

tir” esse adicional com quem perde.

“Teria que estar num conjunto de uma reforma tributária, ter um fundo de compensações no período de transição, do sistema atual para um sistema de padronização de alíquotas. Para padronizar tem que alterar toda a legislação, a base tributária nacional, tem que unificar alguns tributos. Mas não pode ser só o ICMS”, conclui.

DESCONTOS
EXCLUSIVOS
NO PLANO
UNIMED
ODONTODESCONTOS
ESPECIAIS
NO PLANO
DE SAÚDE

PLANOS UNIMED PARA VOCÊ, SUA FAMÍLIA E SUA EMPRESA.

MÊS
DAS
MÃESUNIMED
CUIABÁDESCONTOS
NO COMBOUNIMED
SAÚDEUNIMED
ODONTOe ainda:
carência
zero para
consultas
e exames
simples.DESCONTOS ESPECIAIS NO PLANO DE
SAÚDE + DESCONTOS EXCLUSIVOS
NO PLANO UNIMED ODONTO

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Unimed
CuiabáAponte a câmera
do seu celularLigue agora
3612-3101

Entre o dia 02 a 31 de maio de 2022 será realizada a Campanha de vendas mês das mães Unimed Cuiabá. Para as vendas neste período, será concedido desconto na tabela de preço e redução de 60 (sessenta) dias nas carências, exceto para partos e patologias preexistentes. O desconto e a redução nas carências serão concedidos exclusivamente aos novos clientes que contratarem planos individuais/familiares e empresariais a partir de 3 vidas. Cobertura e critérios de acordo com o contrato firmado, bem como a lei nº 9.656/98 da ANS - Agência Nacional de Saúde e posteriores atualizações definidas pela agência reguladora. Todas as vantagens anunciadas são válidas somente para o período da promoção e aplicam-se aos novos planos (não sendo válida para planos já existentes/migração). As informações e regras acima não se aplicam ao plano odontológico.